

MEMÓRIAS DA BALAIADA

INTRODUÇÃO AO RELATO DE GONÇALVES DE MAGALHÃES

Luiz Felipe de Alencastro

À lembrança querida de Glauber Rocha,
com quem mergulhei nesse texto,
nos idos dos anos 70.

Nada há que espantar nos deva na irrealidade que impregna a maioria das interpretações sobre a unidade nacional brasileira. O balaio de cocos provinciais atado ao cetro carioca sacudiu-se por décadas, ameaçando se esborrachar nas praias atlânticas, num ribombo parecido com o que ecoava no Pacífico quando implodiam os vice-reinos espanhóis. Entretanto, o processo histórico materializado na unidade mantida do vice-reino português desaparece nas brumas do passado, como se essa questão tivesse sido solucionada de uma vez por todas em 1822, ou melhor ainda, em 1808. De fato, a interpretação dominante sobre 1808 — dentro e fora da historiografia brasileira — vê na Abertura dos Portos a substituição mecânica do colonialismo português pelo neocolonialismo britânico, "resolvendo" desde logo o problema da unidade nacional: o agregado colonial brasileiro foi inteirinho tragado pelo leão britânico, não há por que pensar que ele pudera se fragmentar após a Independência. Na outra ponta do século, a interpretação de 1889, influenciada pelas certas verrinas republicanas, completa essa visão redutora do Estado imperial. O golpe de 15 de novembro derruba um reinado caduco diante de um povo "bestializado". Do começo ao fim, o Império aparece como uma opereta animada por oligarquias cuja bisonhice será posta a nu durante a República Velha. Nos dias de hoje, o setor mais embrutecido da classe dominante endossa essas análises simplistas de nossa história para propugnar a extinção do Estado e da vida político-partidária. Massas de documentos — e o relato aqui publicado é um dos mais marcantes dentre eles — ilustram porém o difícil processo através do qual a administração imperial, com o chicote numa mão e a legitimidade diplomática da Coroa na outra, afirmou a necessidade histórica do Estado brasileiro.

Caxias, Manoel Felizardo de Sousa e Mello e o próprio Gonçalves de Magalhães, retratados na narrativa da Balaiada, são componentes dessa administração que assegurou a união das diferentes zonas americanas de fala portuguesa em torno do governo imperial do Rio de Janeiro. A respeito de Caxias, cabe lembrar alguns dos fatores *dinâmicos* que instituíam o patrimonialismo. Do lado paterno, Luiz Alves de Lima e Silva descendia de militares fluminenses que escudavam o governo do Rio de Janeiro. Seu pai comandou a expedição contra a Confederação do Equador (1824), assumiu o comando militar de São Paulo e da Corte, onde teve papel-chave na transição de abril de 1831. Membro das duas regências trinas, entregou o governo imperial ao Padre Antônio Feijó, primeiro regente eleito (1835). Foi em seguida senador pelo Rio de Janeiro. Pelo lado de sua mãe, Caxias se filiava às grandes famílias de fazendeiros fluminenses. Seguindo essa vertente patrimonial materna, seu irmão, José Joaquim, abandonou o Exército, tornou-se comerciante e presidente da poderosa Associação Comercial do Rio de Janeiro. Assim, o Patrono do Exército aparece no vértice de linhagens de militares, políticos e fazendeiros amarrados à legitimidade do governo do Rio de Janeiro e à economia fluminense, região que fornecia também parte das tropas que Caxias e seu pai levaram aos quatro cantos do país para abafar rusgas e revoluções. Simbolicamente, o vapor de guerra que será o esporão das forças centralistas no Maranhão chamar-se-á "Fluminense". A dimensão do pensamento unitário engendrado pelo complexo mercantil-imperial fluminense surge, quase messianicamente, nas frases com que Caxias saúda no Maranhão insurgente o menino de catorze anos e meio proclamado Imperador, "símbolo de paz, de união e de justiça colocado na frente da nação que o reclamava"; na maneira com que se refere aos governos parlamentares das Regências e às lutas protofederalistas de então: "aspérrima foi a longa experiência"; no tom peremptório com que condena as divisões políticas para conclamar: "um só partido — o do Imperador!".

Manoel Felizardo de Sousa e Mello pode ter sido timorato na presidência do Maranhão, como pretende aqui Gonçalves de Magalhães. Mas sua tarimba de alto funcionário o levará a presidir outras províncias, e sobretudo à chefia da Direção Geral das Terras Públicas, criada em 1854 como embrião do Ministério da Agricultura. Nesse posto, Manoel Felizardo defenderá uma política agrária modernizante, de sentido nacional, enfrentando o senador Vergueiro e outros defensores do latifúndio num memorável debate parlamentar sobre as verbas destinadas à imigração. Presidentes de províncias como Manoel Felizardo confrontam-se com as Assembléias provinciais e com os vice-presidentes, eleitos por essas mesmas Assembléias. Esse embate entre os presidentes — escolhidos e nomeados pelo governo central — e os eleitos da província constitui, aliás, um foco de tensão permanente no Império. Mandatários do poder imperial, opondo-se também às correntes partidárias do Parlamento, os presidentes de províncias são um dos corpos de funcionários menos conhecidos e mais importantes da administração imperial.

Domingos José Gonçalves de Magalhães teve a má sina de passar para a história como poeta romântico, adjetivo tão mal apanhado entre nós que virou sinônimo de "romanesco". Decerto, Gonçalves de Magalhães escreveu poemas, mas também foi autor de peça de teatro, de ensaio literário seminal, de agudo texto antropológico e de documentos como o que aqui apresentamos. Não se trata entretanto de um malabarista das artes num país de manetas, mas de autor cuja concepção da literatura, inspirada em Madame de Stäel e no romantismo alemão, escapa aos cânones literários habituais para englobar todas as formas de ex-

pressão do "espírito nacional". Em outras palavras, Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias elaboravam estudos históricos e antropológicos pioneiros, além de compor "A Confederação dos Tamoios" e "Os Timbiras". Inversamente, Varnhagen escrevia um drama — "em que ideou simbolizar no feito de Amador Bueno a unidade do Império" — e ensaios literários, ao mesmo tempo que recolhia documentação para sua insuperada "História Geral"¹. Da mesma forma, Araújo Porto-Alegre compôs prosa histórica, foi pintor e importante crítico de arte. Junto com outros companheiros "românticos", todos esses autores exerceram uma ação determinadamente política de fortalecimento do Segundo Reinado. Mais próximos dos publicistas — dos escritores políticos franceses do século XVIII, pensadores da nação pós-aristocrática, e dos autores russos do século XIX, acesos pelo estranhamento que a *Aufklärung* difundia nas sociedades não ocidentais — do que dos poetas de sua época, nossos românticos e indianistas esperam pela revelação crítica de sua dramática contemporaneidade, toda feita de ceticismo e coragem sobre o advento da nação brasileira.

Acima do irracionalismo romântico que também pipoca nos escritos nos autores da época, acima ainda do cesarismo destilado pelo culto ao Imperador, paira sobre a gestação do Segundo Reinado a reunião de intelectuais, administradores, militares e políticos em torno de um projeto nacional hegemônico que transforma a parcela da classe dominante ligada ao trono em classe dirigente do país inteiro.

O conflito descrito nas páginas seguintes é, em primeiro lugar, um conflito geográfico. O interior maranhense e piauiense ficou no oco da geografia e da história do Norte brasileiro. Fora da bacia do Amazonas e da bacia do São Francisco. Fora da economia extrativa da Amazônia, baseada no trabalho forçado indígena, e da agricultura de exportação nordestina, fundada no trabalho escravo africano. Foi desse segundo setor da economia nordestina que partiram as correntes povoadoras do Piauí e do interior do Maranhão. Todo esse território — tumultuoso teatro da Balaiada — era na realidade uma excrescência da Bahia, de onde provinha a maior parte de seus habitantes. Prova disso é a bizarrice retratada no mapa do Piauí, dependência da província do Maranhão até 1811. Teresina é a capital de estado litorâneo brasileiro que está mais distante do mar, enfiada 300 km no interior. Mais longe ainda ergue-se Oeiras, a capital provincial de então, situada nas trilhas demandando os sertões do Ceará, Pernambuco e Bahia. O mapa piauiense desenha o perfil de uma velha sentada, onde a parte mais larga e mais importante, os 600 km que vão do glúteo aos joelhos da velha (da fronteira de Pernambuco à serra das Alpercatas, no Alto Maranhão) comunicava-se com a agropecuária baiana e pernambucana. A parte mais estreita, com 60 km de longo, correspondendo ao coque da velha, marca a estreita faixa do litoral que se espraiava em torno do mísero porto de Parnaíba. Embora mais encorpado, o mapa do Maranhão também escondia deformidades. A área mercantil do S-SW, cujo centro nervoso era Pastos Bons, comunicava-se com o Piauí, Pernambuco e Bahia. Enquanto o comércio de São Luís drenava o N-NW da província. Essa rachadura na geografia econômica maranhense abria-se na cidade de Caxias, ponto alto das batalhas entre os Balaios e a Divisão Pacificadora do Norte. Luiz Alves de Lima e Silva tornar-se-á Barão, Conde e Duque de *Caxias*, da cidade onde os Balaios se renderam após uma série de batalhas decisivas para a unidade territorial do país.

Há portanto um antagonismo entre o governo provincial "atlântico" de São Luís, envolvido pela área agro-exportadora litorânea, montada pela companhia pom-balina do "Grão-Pará e Maranhão", e os governos municipais "continentais" do in-

(1) "Memorial Apresentado (...) por F.A. Varnhagen, em Fins de 1851". Clado RIBEIRO LESSA, *F.A. de Varnhagen — Correspondência Ativa*, Rio de Janeiro, 1961, p. 167.

terior maranhense e piauiense, área dos Chapadões do Meio-Norte, povoada por vaqueiros e criadores. Concretamente, as hostilidades irrompem em 1839 quando o governo maranhense, a exemplo do que fizera o de Pernambuco, instaura a "Lei dos Prefeitos". Pretendia-se então empossar uma autoridade, nomeada pelo presidente da província, que dirigiria vários municípios, engolfando a autonomia das câmaras, da Guarda Nacional e, sobretudo, a capacitação judiciária e policial dos juizes de paz eleitos nas cidades. Prelúdio à Lei de Interpretação de 12 de maio de 1840, à Maioridade, ao restabelecimento do Conselho de Estado em novembro de 1841 e à Lei de Reforma Judiciária de 3 de dezembro de 1841, que generalizam a nível nacional esse repuxo centralizador, a Lei dos Prefeitos é recebida como um atentado contra a autonomia municipal, célula política instituinte do Império. Efetivamente, proclamado o Império, em outubro de 1822, foram as câmaras municipais — único poder territorial legal — que reconheceram e legitimaram a autoridade de Dom Pedro I sobre todo o Brasil. Nesse sentido, a Balaiada anuncia as revoluções de 1842 em São Paulo e Minas Gerais, dirigidas precisamente contra a Lei de Interpretação e a Lei de Reforma Judiciária. À dualidade São Luís-Caxias, enfeixada na província, sobrepõe-se ainda a dualidade maior, Maranhão-Rio de Janeiro, subjacente ao projeto imperial. Dirigido para o contrabando antilhano ou para as trocas diretas com Portugal e Espanha, o comércio externo maranhense tinha pouco a ver com o longínquo Rio de Janeiro. Esse distanciamento era reforçado pelas tribulações da navegação à vela no sentido S-NW do litoral brasileiro. Magalhães conta que o brigue à vela "Beranger" saindo do Rio para o Maranhão, com tropas e material bélico, acaba arribando em Montevidéu, deportado por ventanias. Sem adentrar nessa questão, é importante lembrar que a Independência separa algumas das peças do agregado sócio-econômico colonial, como por exemplo a ruptura das seculares relações entre o Brasil e Angola, e demora a unir outras peças entre si, como o Rio de Janeiro e o Pará-Maranhão, isto é, toda a Amazônia.

Tivesse o conflito se restringido a esses condicionantes políticos e geográficos, Manoel Francisco dos Anjos Ferreira — o Balaio — teria ingressado no panteão dos heróis autonomistas maranhenses, ao lado de Beckman, o Bequimão, e a Balaiada seria cultuada em prosa e verso, como a Praieira e a Farroupilha. Poderia até ganhar obelisco em grande parque, como o bochincho paulista de 32. Mas a brabeza dessa insurreição — sua originalidade e sua irredutibilidade à celebracionice nativista e populista — reside no ódio racial que a apascentou. Longo e cruel, o movimento opôs 9.000 rebeldes a 6.000 centralistas, os quais, somados, representavam o quinto ou o sexto da população livre maranhense.

É possível configurar a frente que separaria os dois campos, segundo a propaganda dos rebeldes. De um lado, o presidente da província (a autoridade política central), os portugueses ou reputados tais (a "burguesia compradora") e os "brancos" em geral. Do outro lado, alinham-se os políticos provincialistas "bemtevis bem entendidos" — contando com homens da categoria de João Francisco Lisboa, o Timon, deputado provincial, brilhante polemista e historiador — os políticos interioranos defensores do municipalismo implantado pelo Código de Processo Criminal de 1832, e o "povo", cuja ponta de lança são os vaqueiros dos sertões. Mas essa frente se enreda e se redivide quando esbarra no furacão da revolta de escravos dirigida por Cosme, que aspira ao posto de "imperador e tutor das liberdades bemtevis", quando irrompe nas fileiras rebeldes o antagonismo entre mulatos e brancos (incidente entre Livio Lopes e Balaio, após a primeira vitória dos insurretos em Caxias), quando enfim líderes rebeldes aceitam capturar os quilombolas de Cos-

me em troca da anistia proposta pelo governo. Desde o início o conflito emaranha-se no fantasma da guerra racial. De cara, o manifesto "Bemtevi" de outubro de 1838 previne que a perda da autonomia municipal em matéria policial transformará os escravos domésticos em espíões das autoridades centrais. Os incidentes fundadores do levante têm a mancha do ódio racial. Balaio, artesão mulato, vê suas filhas serem estupradas por um oficial legalista, adere à revolta e proclama que o partido dos "vendidos aos portugueses" queria exterminar todos os mulatos. O mulato Raymundo Gomes, o "Cara-Preta", ataca a cadeia de Manga, acompanhado "de nove de sua raça", conta Magalhães. Mas é só "em extremo", no desespero da derrota, que "Cara-Preta" decide-se a acender o pavio da revolta dos escravos. Provavelmente elementos da coluna comandada por Militão também entraram por essa via. Tenente-coronel da Guarda Nacional, Militão levanta armas contra o governo após ter sido vetado para o corpo de júri por causa de uma "terrível verdade": nascera escravo e fora alforriado por seu senhor e pai. No ataque a Riachão, seus comandados queimam o Tronco, símbolo e instrumento do terror escravocrata. Não há entretanto definição de uma estratégia com relação aos 120.000 escravos da província. Fica claro que os rebeldes evitam deflagrar a arma suprema das guerras em sociedades escravocratas: a insurreição geral dos escravos. Juntando-se a esse recalque infundido pelo escravismo, os rebeldes sofrem, no extremo oposto das relações de forças, de outra limitação política: sua incapacidade de apontar um quadro institucional regional ou nacional diverso do que fora estabelecido pela ordem imperial. O Manifesto rebelde de julho de 1839, expedido ao presidente da província logo após a conquista de Caxias, quando a insurreição estava embalada, é essencialmente defensivo. Afora a supressão da Lei dos Prefeitos, e a expulsão dos portugueses — palavra de ordem banal nas revoltas da época —, as reivindicações centram-se no pedido de anistia geral dos insurretos. Paradoxalmente os rebeldes lutam pelo *status quo ante*. Proclamam-se "imperialistas" e até, abusivamente, "maioristas", capitulando assim fragorosamente diante da hegemonia centralista.

Além de seu esforço em combater uma guerrilha tornada audaz — como a Farroupilha — pela mobilidade da cavalaria rebelde, além da habilidade com que emprega suas tropas mulambentas, Caxias distingue-se pela inteligência política com que explora as divisões que brotam no seio das heteróclitas forças inimigas. A centenas de léguas do Rio de Janeiro, Caxias tratava com as raposas ministeriais da Corte, com renitentes políticos provinciais, coronéis da Guarda Nacional, chefes de pistoleiros, quilombolas e índios. Sua própria definição de suas funções — "sou mais militar que político" — não faz jus à complexidade de seu desempenho como braço armado do Império. Após a Balaiada, Caxias abafou as revoluções de 1842 em São Paulo e Minas Gerais. No final de 1842 foi nomeado presidente e comandante militar do Rio Grande Sul alvorotado pela Farroupilha. Acompanhado ainda de Gonçalves de Magalhães, que será de novo seu secretário de governo, Caxias usa a ameaça de uma invasão argentina e a divisão entre os grupos de Bento Gonçalves e Antônio Vicente Fontoura para cindir os revolucionários e levá-los a assinar em fevereiro de 1845 o Convênio de Ponche Verde, pondo termo ao conflito iniciado em 1835. Decididamente, Caxias é assunto importante demais na história política brasileira para ser deixado na mão da hagiografia militar.

A narrativa de Magalhães revela o mesmo choque cultural que levará outro intelectual urbano a escrever *Os Sertões*. Mas ao contrário de Euclides, Magalhães emprega uma linguagem direta, enxuta, sem as bolhas científicas que empolam

Os Sertões. Quando a leitura mergulha na movimentação dos bandos, nas cavalgadas e nos arroubos dos "caudilhos" Ruivo, Pio, Gavião, Mocambira, João da Mata e Tempestade, surgem também, a meio-galope, Guimarães Rosa (o narrador das comunidades que vivem no oco da história e da geografia) e Glauber Rocha (o encenador de figuras emblemáticas). A rendição do chefe dos mestiços da aldeia de São Miguel, o velho caboclo Matroá — "todo curvado com o peso de cento e vinte anos de idade e de crimes, arrastando uma longa espada, entretanto audaz e fazendo alarde de ter entrado em todas as grandes e pequenas revoltas do Norte durante a sua vida" — parece iniciar um longo solilóquio rosiano. O gesto de Militão ao aderir à revolta — "pondo um *balaios* na cabeça começou a dar vivas ao partido que daquilo tirava o nome" — é puro Glauber.

No miolo do ensaio Magalhães apoucou a dimensão política do "abegão" (feitor) Raimundo Gomes, que estava longe de ser um personagem "insignificante (...) pouco atilado de conhecimento". Tampouco é justa a apreciação do Balaios, líder guerrilheiro que armou alianças entre as vilas maranhenses e piauienses. Seu manifesto de agosto de 1839 aos habitantes do Piauí demonstra entendimento da solidariedade gestada pela geografia econômica: "Vós do Piauí necessitais dos nossos portos do mar que vos fornecem os gêneros de importação e recebem os de exportação de vossa província. Nós precisamos de vós, que nos forneceis o gado e comprais nossos efeitos de comércio (...)", escrevia o Balaios². Para acentuar a selvageria dos rebeldes, Magalhães conta um episódio bastante inverossímil: costurar um leitão vivo dentro do ventre de um octogenário ferido, para que o animal lhe roesse as tripas, é um suplício realmente "tartáreo", uma perversidade engenhosa, mas de difícil execução. Os malefícios que o escravismo arraigava na sociedade brasileira levavam Magalhães para o campo anti escravista³. Mas não o convenciam de que negros e sertanejos poderiam tornar-se logo cidadãos e, muito menos, que as insurreições de escravos fossem legítimas. O ex-escravo Cosme, comandante dos quilombos do Turiassu — que começaram a se formar em 1813 e só foram derrotados em 1867 — teve um papel mais importante do que parece. A posse dos garimpos do Maracassumé dava aos quilombolas meios de comércio e de defesa. Cosme, que Caxias e Magalhães repetidamente classificam de "infame", fundou escolas para seu povo e tentou exercer liderança sobre os negros e mulatos livres. Surpreendentemente, Magalhães não faz uma só restrição ao papel de Manoel de Souza Martins, o Visconde de Parnahyba. Pilhando o numeroso gado e as fazendas transformadas em bens nacionais após a expulsão dos Jesuítas em 1759, o Visconde de Parnahyba foi um coronelão que tiranizou o Piauí durante décadas. Tirante esse curioso cochilo, Magalhães critica, com grande liberdade de tom, os ministros, os políticos da Corte e da província, os militares, os fazendeiros, os costumes da Imprensa e do Clero.

Ao fio das páginas desenha-se uma visão da nação brasileira. "Estrangeiras são nossas instituições", "inconciliáveis" as diferenças de classes. Os cafuzos do interior "distinguem-se apenas dos selvagens pelo uso da nossa língua". Incitada por políticos municipais "essa gente nos fez a guerra". "Nós" — os bacharéis, intelectuais, administradores, estadistas e militares agrupados em torno da Coroa — lutamos do extremo Norte ao extremo Sul para manter unido o Estado que — graças a dissensões entre os poderes metropolitanos — herdamos em 1822. Nossa tarefa histórica é civilizar a sociedade para construir a nação por hora inexistente. Esse

(2) J.M. Pereira de ALENCASTRE, *Notas Diárias sobre a Revolta Civil que Teve Lugar nas Províncias do Maranhão, Piauí e Ceará pelos Anos 1838, 1839, 1840, escritas em 1854, à vista de Documentos Oficiais*.

(3) Magalhães escrevia em 1836: "A escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria e das artes, e tão perniciosa a moral (...)", D.J. GONÇALVES DE MAGALHÃES, "Ensaio sobre a História da Literatura do Brasil", *Nitheroy, Revista Brasileira*, in *Biblioteca Academia Paulista de Letras*, vol. 9, 1978, p. 141.

é o "fardo dos bacharéis", que no Maranhão, ciosos de sua missão e condição, formavam o corpo de voluntários "Pedro II", antes mesmo de o herdeiro do trono ascender a esse título.

Ao condenar o sistema das transações político-partidárias Magalhães revela o fundamento desse sistema — "quem nada tem, nada alcança" — versão avoenga da fórmula forjada em 1988, durante a Constituinte, "é dando que se recebe". Essa e outras mesmices da vida política de ontem e de hoje não devem entretanto levar a uma leitura equivocada da "Memória Histórica". A interpretação conservadora que vinca o ensaio era tributária da herança colonial e renovava-se continuamente pela manutenção do escravismo. Esse pensamento tem sua lógica no contexto da ordem colonial. Nesse sentido, Caxias, Gonçalves de Magalhães e Manoel Felizardo avizinham-se mais dos séculos XVII e XVIII do que do século XXI. Caxias aproxima-se de fato de outro fluminense ilustre, Salvador de Sá, grande militar e político, membro do Conselho Ultramarino, que construiu a "Pax Lusitana" no Atlântico Sul durante o século XVII, negociando do Brasil e da África com a Corte lisboeta, expulsando os holandeses de Angola, guerreando piratas nos mares e índios no Tucuman. Da mesma forma, Gonçalves de Magalhães e Manoel Felizardo inclinam-se a uma filiação com os agentes do despotismo ilustrado pombalino, como Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Mello e Castro, que tentaram reformar o Reino e as colônias, ao mesmo tempo que combatiam o poder senhorial e o obscurantismo eclesiástico.

A modernização pela via autoritária adquiria sua hegemonia quando o Estado dava origem à nação, como era certamente o caso no nosso país no século passado. A ditadura militar demonstrou que a transposição dessa política para o Brasil de hoje arruína a nação e o próprio Estado.

Luiz Felipe de Alencastro é historiador, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do CEBRAP. Já publicou nesta revista "Proletários e Escravos" (Nº 21).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 23, março de 1989
pp. 7-13
